

Planejamento vê 'substantiva melhora' em componentes da demanda interna

Por Fabio Graner | De Brasília secretaria.

Os componentes da demanda interna do Produto Interno Bruto (PIB) estão apresentando "substantiva melhora" nos últimos meses e confirmando o quadro de "sólida recuperação" da atividade econômica brasileira. A conclusão é de nota técnica elaborada pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan) do Ministério do Planejamento, obtida pelo Valor.

O relatório faz um levantamento dos mais recentes indicadores econômicos relativos ao terceiro trimestre, que confirmariam o quadro de disseminação e intensificação do crescimento do país.

"A atividade econômica brasileira apresentou resultados positivos no terceiro trimestre de 2017, confirmando a retomada da economia e consolidando as bases para o crescimento mais vigoroso e sustentável à frente", diz o texto da

"Parte dessa recuperação reflete a implementação de várias ações do governo que buscam estabilizar e melhorar o ambiente econômico, inclusive com reformas estruturais que têm permitido a redução consistente das taxas de juros e favorecido a retomada dos investimentos produtivos, assim como do consumo pelas famílias", afirma.

O documento considera que as medidas adotadas, como o teto de gastos públicos, "ancoraram as expectativas de sustentabilidade das contas públicas, possibilitaram a estabilização econômica e criaram espaço para a queda da inflação e da taxa de juros".

Entre os indicadores destacados no material estão as vendas do comércio varejista, que em seu conceito ampliado (com automóveis e material de construção) subiram 2,3% no terceiro trimestre. "Verifica-se que esta melhora do consumo é ampla", ressalta o texto.

O desempenho da indústria também foi destacado, tendo alta pelo terceiro trimestre seguido e subindo 0,9% nos últimos três meses ante o período imediatamente anterior.

"Cabe destacar que o investimento, medido pela série de FBCF [formação bruta de capital fixo] do Ipea [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], voltou a registrar expansão, com 1,4% no terceiro trimestre ante o trimestre anterior (com ajuste sazonal). Desde igual trimestre de 2013, a série não registrava variação positiva trimestral, com exceção do segundo trimestre de 2016, em que se observou 0,4%", diz o documento.

O comportamento do crédito também é visto de maneira positiva, com avanço de 2,8% nas operações com pessoa jurídica no terceiro trimestre, quebrando uma sequência negativa trimestral que vinha desde o último trimestre de 2013, segundo o levantamento.

"O crédito à pessoa física





também manteve o crescimento pelo quarto trimestre consecutivo com +0,8%. Este resultado acompanha a melhora generalizada das condições do crédito livre, em especial com a redução dos spreads e taxas de juros das operações, assim como da queda da inadimplência dos tomadores", ressalta o texto.

O desempenho do mercado de trabalho, combinado com a queda da inflação, foi apontado como elemento de melhora no poder de compra das famílias. Além disso, a nota técnica ressalta que no terceiro trimestre houve melhora nos indicadores de confiança. "O índice dos setores de serviços, comércio, indústria e construção civil cresceram em relação aos primeiros meses do ano, confirmando a tendência de recuperação gradual dessas atividades, o que vem ocorrendo desde meados do ano passado", ressalta a Seplan.

O Ministério do Planejamento destaca a alta de 0,6% no IBC-Br (indicador de atividade do Banco Central usado como uma prévia do PIB) ante o segundo trimestre. "Nesse contexto, espera-se que os dados do PIB do terceiro trimestre de 2017, a serem divulgados em 1º de dezembro pelo IBGE, confirmem que a economia mantêm-se em sólida recuperação, com os componentes da demanda interna apresentando substantiva melhora."

Reforma enxuta não é desprezível para o ajuste

RIBAMAR OLIVEIRA

Mesmo com todo enxugamento por que passa a reforma da Previdência Social, ela está mantendo pontos essenciais da proposta original do governo, como igualar as regras entre os regimes que valem para os servidores públicos e para os trabalhadores da iniciativa privada e estabelecer uma idade mínima para requerer aposentadoria, com regras de transição razoáveis. Se for aprovado, o texto enxuto não resolverá todo o imenso problema previdenciário, mas não será desprezível para o ajuste das contas públicas.

Outras medidas terão que ser aprovadas em futuro próximo, algumas por meio de novas mudanças no texto da Constituição e outras com alterações na legislação infraconstitucional. É bom lembrar que nenhum governo conseguiu aprovar, de uma só vez, mudanças completas no sistema previdenciário.

Muitas pessoas ainda não entenderam quais serão as mudanças que tornarão iguais as regras previdenciárias para os servidores e os trabalhadores da

iniciativa privada. Hoje, os funcionários públicos têm idade mínima para se aposentar de 55 anos para mulheres e de 60 anos para homens. O trabalhador da iniciativa privada só pode se aposentar, por idade, aos 65 anos, se homem, e aos 60 anos, se mulher.

Cerca de 75% dos trabalhadores não serão afetados

Com a reforma, todos (servidores e trabalhadores da iniciativa privada) só poderão se aposentar aos 65 anos, se for homem, e aos 62 anos, se mulher. Haverá regras de transição para não prejudicar as pessoas que estão perto da aposentadoria.

Hoje, o valor das aposentadorias dos servidores têm fórmula de cálculo diferente dos trabalhadores da iniciativa privada. Estes últimos estão submetidos ao fator previdenciário. Isso também será alterado. As regras das aposentadorias especiais do setor público são mais favoráveis do que as aplicadas aos trabalhadores da iniciativa privada.

É importante observar que os funcionários que ingressaram no serviço público antes de 2003 também serão atingidos pela reforma enxuta. Esses servidores são os que possuem regras de aposentadorias mais generosas.

A proposta enxuta que será votada pela Câmara, provavelmente no início do próximo mês, vai atingir apenas 25% da população em idade economicamente ativa, deixando de fora a população de renda mais baixa, como noticiou o repórter Fabio Graner, em matéria publicada pelo Valor no início deste mês. Ou seja, 75% dos trabalhadores não terão qualquer mudança em suas regras de aposentadoria.

Talvez esse dado explique por que o governo ainda acredita na possibilidade de aprovação da reforma neste ano, pelo menos na Câmara. Com menos gente sendo afetada, fica mais fácil aos deputados votarem favoravelmente às mudanças.

A estimativa dos trabalhadores atingidos pela reforma foi feita pelo





consultor da Comissão de Orçamento da Câmara, Leonardo Rolim Guimarães, ex-secretário de Políticas de Previdência. Rolim fez o cálculo antes do conhecimento do texto final da nova proposta do deputado Arthur Maia (PPS-BA), relator da reforma, que seria apresentado na noite de ontem aos parlamentares, em jantar com o presidente Michel Temer, no Palácio da Alvorada.

De qualquer forma, o cálculo levou em conta o que já se sabe que sairá da proposta que foi aprovada pela comissão especial da Câmara, em maio deste ano. Não devem constar da nova proposta do relator mudanças nas regras do BPC (benefício de prestação continuada) e na regra de cálculo de benefícios, a contribuição obrigatória dos trabalhadores rurais e o aumento do tempo de contribuição na aposentadoria por idade.

A rigor, só serão atingidos pela reforma os trabalhadores que se aposentam por tempo de contribuição, que representam cerca de 27% do total das aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), de acordo com Rolim, e os funcionários públicos.

Ficarão fora da reforma todos os

trabalhadores da área rural e aqueles que se aposentam por idade (que representam a maioria das aposentadorias do RGPS, de acordo com Rolim). Também ficará fora da reforma a proposta inicial do governo de elevar o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos, que atingia os trabalhadores de mais baixa renda.

Com todas essas exclusões, Rolim estima que haverá uma redução de 25% na economia que será obtida com a reforma nas regras previdenciárias em dez anos, em relação ao substitutivo do deputado Arthur Maia aprovado pela comissão especial da Câmara em maio último e de 50% em relação à proposta original apresentada pelo governo. Mesmo assim, ele considera que a economia não será desprezível.

Na sua estimativa, Rolim levou em conta a aprovação de um artigo que obrigaria os regimes de previdência dos funcionários públicos a serem equilibrados mediante alíquota suplementar patronal e dos servidores. Até ontem, não se sabia se o relator Arthur Maia incluiria esse dispositivo em sua nova proposta.

A economia projetada pelo governo para a reforma enxuta, apresentada na terça-feira pelo

presidente Temer, em conversa com jornalistas, é de R\$ 468 bilhões em dez anos. O substitutivo de Arthur Maia aprovado em maio daria uma economia de R\$ 604 bilhões no mesmo prazo, de acordo com cálculo do Ministério da Fazenda divulgado na época. A proposta original do governo reduziria a despesa previdenciária em R\$ 793 bilhões, sem considerar o que seria obtido com mudanças nas regras do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) da União.

Em recente estudo feito para a Consultoria de Orçamento da Câmara, Rolim relacionou uma série de pontos dos sistemas previdenciários que poderão ser alterados no futuro. Um deles é a criação de uma unidade gestora única para o RPPS da União. Hoje, cada órgão concede as aposentadorias de seus servidores e paga com seu próprio orçamento. Outra medida seria a revisão das leis de benefícios e de custeio do RGPS. "Há muito o que pode ser feito por meio de legislação infraconstitucional", observou.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :
ribamar.oliveira@valor.com.br

Congresso derruba veto e permite encontro de contas

Por Vandson Lima e Fabio Murakawa | De Brasília

Deputados e senadores derrubaram, em sessão conjunta do Congresso Nacional, o veto parcial do presidente Michel Temer a dispositivos que constavam no texto da Medida Provisória 778, que parcelou o pagamento de dívidas previdenciárias dos Estados e municípios, atendendo aos apelos de centenas de prefeitos que estiveram ontem em Brasília.

Avisado por lideranças do Legislativo de que havia uma grande tendência à reversão do veto, o governo acabou cedendo e "prestando uma homenagem" aos municípios. "Conversamos com o presidente Temer. O pleito é mais que justo. Vamos encaminhar pela derrubada do veto presidencial em homenagem aos prefeitos", avisou o líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE).

Ao sancionar a proposta, no início de agosto, Temer vetou os artigos 11 e 12, acrescentados pela Câmara à MP atendendo uma demanda da Confederação Nacional dos Municípios (CMN). Os dispositivos permitiriam um encontro de contas entre prefeituras

e governo federal, que pode gerar créditos aos municípios.

Ao justificar o veto, Temer argumentou que o trecho da lei, se mantido, "viola a Constituição sob diversos aspectos, ao ferir o princípio da igualdade tributária". Autor da emenda antes derrubada por Temer e agora retomada, o deputado Herculano Passos (PSD-SP) afirmou que a medida permite às cidades uma relação mais equilibrada com a União, pagando apenas o excedente. "O governo federal só queria receber sem pagar o que deve. A expectativa é que os municípios deixem de pagar R\$ 15 bilhões ao governo. Os prefeitos vão ter mais dinheiro para investir em saúde, educação, em infraestrutura, pagando a menor as dívidas com o INSS", disse.

Presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE) esteve com Temer na noite anterior e o havia avisado que o veto seria revertido. "Eu avisei o presidente Temer que é melhor liberar a base aliada e derrubar esse veto por acordo. Porque ele vai cair, seja por ação do Planalto ou do parlamento", afirmou ao Valor. "Eu mesmo não terei compromisso em manter esse veto. Farei tudo que me for possível para revertê-lo, porque a situação dos municípios é terrível", apontou.

Também foi aprovado projeto do Poder Executivo que remanejará R\$ 6,3 bilhões dentro do Orçamento deste ano. A medida servirá para encaminhar recursos a diversas áreas. Entre elas, está previsto um acréscimo de R\$ 99,3 milhões à Secretaria de Comunicação Social, que usará o dinheiro para a realização de propaganda do governo, em especial da reforma da Previdência.

"O referido crédito permitirá a continuidade das ações publicitárias sob a gestão da Secom, para atendimento de demandas de comunicação relacionadas ao Brasil Eficiente, reforma da Previdência Social, entre outras", anota a justificativa.

Foram também contemplados com mais recursos os Ministérios da Agricultura, da Justiça, da Saúde, dos Transportes, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional, do Turismo e do Desenvolvimento Social e Agrário.

Os parlamentares derrubaram ainda, por acordo, outro veto, relativo à MP 770. O texto prorroga até dezembro de 2019 os incentivos do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine).

Nova Previdência põe em xeque ajuste no curto prazo

Governo avalia manter reajuste a servidores e ceder em Funrural e Lei Kandir

Defensores das medidas argumentam que alta nos gastos no curto prazo seria compensada com ganhos da reforma

MARINA DIAS e LAÍS ALEGRETTI - DE BRASÍLIA

Em um novo lance para tentar aprovar a reforma da Previdência, o governo do presidente Michel Temer agora avalia apresentar uma proposta com três medidas que comprometem o ajuste fiscal. Segundo apurou a Folha, essa negociação seria feita na primeira semana de dezembro em troca do compromisso dos deputados de votar as três principais mudanças nas regras de aposentadoria.

Integrantes da equipe econômica afirmam que o governo avalia manter o reajuste de dos servidores previsto para 2018, ceder a ruralistas nas negociações sobre as dívidas do Funrural e agradar aos governadores adotando novo cronograma de pagamento de recursos da Lei Kandir — desoneração de impostos estaduais sobre exportações. O governo tem expectativa de que, com as tratativas, os parlamentares aceitem aprovar idade mínima, norma de transição e unificação de regras de aposentadoria para os

setores público e privado.

Auxiliares de Temer afirmam que a proposta pode ser levada aos parlamentares se o governo perceber que, até a primeira semana de dezembro, não conseguiu ter pelo menos os 308 votos necessários para provar a reforma. O núcleo político do Planalto está pouco otimista com a articulação da base aliada em relação a prazos e números de votos, apesar do esforço do presidente em se reunir com deputados para convencê-los sobre a medida.

Às vésperas de um ano eleitoral, os parlamentares se negam a aprovar mudanças impopulares nas regras de aposentadoria. Diante dos entraves, assessores do presidente começaram a esboçar um discurso caso a flexibilização do ajuste fiscal seja necessária como moeda de troca na Câmara. Para eles, a própria reforma da Previdência — esperada pelo mercado — e a boa arrecadação prevista para 2018 compensariam em parte possíveis perdas fiscais. O argumento principal de quem defende essa negociação é que, caso as revisões sejam pontuais, possivelmente equilibradas no curto prazo, não haveria problema.

Há no governo, porém, quem avalie ser irresponsável do ponto de vista fiscal ceder a pedidos que comprometam a arrecadação ou representem aumento nas despesas

em 2017 ou 2018. Isso porque, se não houver uma compensação, a meta fiscal, de um déficit de R\$ 159 bilhões para os dois anos, poderia ter de ser revista. O governo chegou a editar uma medida provisória para adiar o reajuste do funcionalismo público previsto para 2018, em um pacote de dispositivos que impactam no Orçamento do ano que vem.

Caso Temer lance mão das revisões das medidas, assessores dizem que a própria Câmara deixaria a MP caducar. Em outra frente, deputados da base articulam a alteração de alguns pontos da reforma, apresentada nesta quarta-feira (22) em jantar no Palácio da Alvorada. Esses parlamentares afirmam que o texto é uma versão geral da proposta e que os detalhes poderão ser alterados durante a votação no plenário da Câmara.

Um dos principais auxiliares de Temer, o ministro Moreira Franco (Secretaria-Geral) disse que não há "coelho político na cartola" e que é hora de "trabalhar o conteúdo". "Sempre é possível mexer", afirmou à Folha. O desejo do Planalto era levar o texto a voto no plenário da Câmara somente quando a base contabilizasse de 320 a 330 deputados favoráveis à reforma da Previdência. O núcleo do governo e o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), no entanto, admitem que o patamar ainda não foi alcançado.

O presidente de 2019 e a Previdência

VINÍCIUS TORRES FREIRE

A PARTIR DE 2019, ainda vai haver aumento do salário mínimo e do piso da Previdência além da inflação?

O gasto federal em saúde e educação vai ser reduzido ao mínimo legal ou a menos do que isso?

Vai acabar o abono salarial do PIS/Pasep, aquele benefício para trabalhadores que ganham até dois mínimos?

O teto de gastos federais, aprovado em 2016, vai cair (com o que será preciso aumentar impostos)?

Não se trata de especulações.

São perguntas a que o próximo presidente e, portanto, os candidatos de 2018 terão de responder, sem conversa mole, já. O assunto se tornou incontornável agora que a reforma da Previdência vai sair, no máximo, pela metade. Não estamos lidando mais com projeções futurísticas, mas com questões urgentes. Ou haverá cortes feios ou modificação do teto de gastos (o que implicaria aumento de impostos ou de dívida).

Em si mesmo, o dinheiro poupado com a reforma da Previdência não faria diferença, na

prática, nas contas do governo em 2018. Mas pode bem ser que o adiamento da reforma para as calendas dê um tapa para cima nos juros para empréstimos mais longos, obviamente ruim para esta recuperação econômica muito fraca. Em 2020, no entanto, as contas do governo federal começam a explodir. Não é exagero. Não vai caber tudo no gasto previsto pelo teto, não vai dar para todo o mundo.

Sem reforma alguma, em 2020 o gasto adicional do governo com Previdência vai eqüivaler a quase um ano de Bolsa Família ou a três quartos do que se despende atualmente em investimentos "em obras", o que já é uma miséria. A infraestrutura é entre insuficiente e arruinada (transporte, energia, saneamento etc.). Sem mais investimento público, nem privatizações rápidas e radicais resolveriam o problema, embora nem essa solução esteja no horizonte.

Caso passe esta reforma previdenciária com economias pela metade, adia-se a explosão em dois anos, ao menos. Isso se as contas previdenciárias do governo estão certas. Ainda não foram apresentadas projeções novas, detalhadas, ano a ano. Quais as alternativas, além dos talhos em benefícios para quem vive de salário

mínimo ou aposentadoria mínima?

Congelamento de salários do funcionalismo federal. Não são implausíveis a privatização ou a cobrança de alguns serviços ora gratuitos, como universidade pública, como já se discute abertamente. O abatimento de despesas privadas com saúde e educação no Imposto de Renda poderia acabar.

Sim, é possível que o próximo governo consiga ganhos de eficiência milagrosos. Ainda assim, o dinheiro talvez poupado serviria para cobrir o aumento de gastos em saúde, por exemplo, devidos ao aumento da população, de resto mais envelhecida.

Sim, é possível que a economia e receita cresçam mais rápido do que o previsto. Suponha-se que o país cresça uns 4% ao ano, em vez de 2,5%, durante o mandato inteiro do próximo presidente. Possível, mas improvável sem definições claras sobre o que será das contas do governo e de sua dívida; enfim, o problema apenas seria adiado. Logo, voltamos à questão inicial: o que vai fazer o próximo governo?

Se um candidato não responder a essa pergunta, ficará sob suspeita de estelionato eleitoral ou de negligência criminosa.

Nova proposta endurece regras para funcionalismo

LAÍS ALEGRETTI
GUSTAVO URIBE
DE BRASÍLIA

O presidente Michel Temer e o relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), apresentaram nesta quarta (22) o novo texto da proposta com uma exigência maior no tempo de contribuição de servidores do que dos trabalhadores da iniciativa privada.

O tempo de contribuição no setor público será mantido em 25 anos, como está na proposta original. O dos trabalhadores da iniciativa privada será de 15 anos, mesmo prazo exigido hoje.

O governo reconhece que os servidores têm mais estabilidade e, portanto, mais facilidade para acumular anos de contribuição previdenciária.

Apesar dessa diferença, a exigência de 40 anos de contribuição para receber o valor completo do benefício é igual para servidores e trabalhado-

res da iniciativa privada.

No regime geral, quem contribuir pelo período mínimo de 15 anos receberá 60% da média de contribuição. Para o regime dos servidores, o patamar começa, aos 25 anos, com 70% da média.

A nova proposta mantém a idade mínima de aposentadoria de 65 (homem) e 62 (mulher).

O próprio relator já disse, contudo, que “nada garante” que essa idade será mantida.

“Quem vai decidir e dar a palavra final é o plenário, que pode votar uma idade maior ou menor, ou até pode rejeitar a proposta em sua integridade”, disse Arthur Maia.

Interlocutores do presidente Michel Temer não descartam uma redução na idade mínima, o que, na avaliação deles, pode ser uma maneira de conquistar votos, inclusive da bancada feminina. O cálculo é que uma diminuição de 62 para 60 anos pode atrair uma dezena de depu-

tadas indecisas, de partidos como PSB, PTB e PP.

Outro ponto em que aliados já consideram que haverá mudança é o trecho que permite o acúmulo de pensão e aposentadoria limitado a dois salários mínimos. Líderes da base defendem que esse limite suba para pelo menos três salários mínimos.

A apresentação do texto foi feita a 170 convidados — incluindo deputados, assessores e ministros—, em jantar promovido pelo presidente no Palácio da Alvorada, para o qual o governo esperava cerca de 300 convidados.

No encontro, Temer disse que haverá um “colapso” no cenário econômico caso a reforma da Previdência não seja aprovada no Congresso.

Para conseguir aprovar uma mudança na Constituição, como é o caso da reforma da Previdência, o governo precisa do apoio de pelo menos 308 deputados, em dois turnos de votação.





“Não é fácil construir uma maioria de 308 votos para esse tema”, disse Arthur Maia.

O deputado afirmou ter expectativa de que o texto seja apreciado pelo plenário da Câmara neste ano.

PROFESSORES

A aposentadoria rural e o BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e pessoas com deficiência pobres) não sofrerão mudança.

As exceções para o patamar geral de idade mínima são: professores (60 anos para homens e mulheres), policiais (55 anos ambos os sexos) e 55/60 anos (mulheres/homens) para o segurado especial (como é hoje).

O novo texto também prevê que as contribuições sociais deixem de ficar submetidas à DRU.

De acordo com o Ministério da Fazenda, a nova proposta representará 60% da economia de quase R\$ 800 bilhões em dez anos prevista no texto original do governo.





REFORMA ENXUTA

Governo apresenta reforma menor para tentar obter apoio de parlamentares

■ Homens
■ Mulheres

IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO NO INSS

CÁLCULO DO BENEFÍCIO

Na aposentadoria por idade

PROPOSTA ORIGINAL

Não há mais aposentadoria por tempo de contribuição



51% da média salarial, mais 1% por ano de contribuição



O QUE A COMISSÃO APROVOU

Aposentadoria por tempo de contribuição continua extinta. Idade mínima das mulheres diminui



70% da média, mais percentagem que aumenta progressivamente



O QUE FOI APRESENTADO AGORA

O tempo mínimo de contribuição de não servidores foi diminuído para 15 anos, regra usada hoje



60% da média, mais percentagem que aumenta progressivamente*



*Faixas não existem para servidores





SERVIÇO PÚBLICO	TRABALHADOR RURAL	PENSÃO POR MORTE	BPC (para quem tem renda familiar baixa)
<p>Seguiria a regra de todo o setor privado</p> <p>65</p> <p>65</p> <p>Tempo de contribuição</p> <p>25</p> <p>25</p>	<p>Seguiria a regra de todo o setor privado</p> <p>65</p> <p>65</p> <p>Tempo de contribuição</p> <p>25</p> <p>25</p>	<p>Benefício poderia ser menor que o salário mínimo</p>	<p>Aumentaria para 70 anos a idade mínima para idosos, e valor é desvinculado do salário mínimo em todos os casos</p>
<p>Aposentam-se na mesma idade da iniciativa privada</p> <p>65</p> <p>62</p> <p>Tempo de contribuição</p> <p>25</p> <p>25</p> <p><small>Professores se aposentam antes dos demais Policiais federais terão idade mínima de 55 anos</small></p>	<p>Podem se aposentar antes dos demais</p> <p>60</p> <p>57</p> <p>Tempo de contribuição</p> <p>15</p> <p>15</p>	<p>Não pode ser menor que o mínimo. Terá limite de dois salários mínimos para quem acumula pensão com aposentadoria</p>	<p>Continuaria vinculado ao salário mínimo, e idade mínima de idosos fica em 68 anos</p>
<p>Aposentam-se na mesma idade da iniciativa privada</p> <p>65</p> <p>62</p> <p>Tempo de contribuição</p> <p>25</p> <p>25</p> <p><small>Professores aposentam aos 60 Policiais federais têm idade mínima de 55 anos</small></p>	<p>Mudanças foram suprimidas do texto</p> <p>60</p> <p>55</p> <p>Tempo de contribuição</p> <p>15</p> <p>15</p>	<p>Novo texto mantém o aprovado pela comissão</p>	<p>Mudanças foram suprimidas. Idosos a partir dos 65 anos ou pessoas com deficiência em qualquer idade têm um salário mínimo mensal garantido</p>

Economia será 60% da original, diz Meirelles

DE BRASÍLIA

O ministro Henrique Meirelles (Fazenda) disse nesta quarta-feira (22) que a nova proposta da reforma da Previdência representará 60% da iniciativa original, ou R\$ 320 bilhões a menos.

O projeto inicial do governo previa uma economia nos gastos com aposentadorias de pouco menos de R\$ 800 bilhões em dez anos.

O texto aprovado em maio na comissão especial representava 75% daquela enviada ao Congresso. A nova proposta, com economia aproximadamente 60% menor que a original, deverá representar uma redução de gastos de cerca de R\$ 480 bilhões em uma década.

“Caso a reforma não seja aprovada, em dez anos 80% do Orçamento será ocupado apenas com pagamento da Previdência, até um ponto que em todo o país vai pagar impostos apenas para pagar as aposentadorias, sem recursos para saúde, educação e segurança”, disse Meirelles. (MAELI PRADO)

Apesar de querer reformas, PSDB não fecha apoio à da Previdência

TALITA FERNANDES

DE BRASÍLIA

THAIS BILENKY

DE SÃO PAULO

Principal defensor da agenda de reformas, o PSDB anunciou nesta quarta-feira (22) que não fechará questão sobre o projeto que modifica as regras da Previdência. Em reunião da Executiva do partido, ficou decidido que será feita apenas uma “recomendação forte” pela aprovação.

Alberto Goldman, presidente interino do PSDB, classificou como “recuo” a decisão de desidratar a reforma.

Reservadamente, tucanos dizem que há resistência em apoiar o governo Temer por seu modus operandi. Argumentam que votar a favor do texto seria como ratificar o que eles consideram ser “compra de votos” do presidente para aprovar a medida.

Como exemplo, citaram a troca de tucanos em Ministérios, por pressão da base. Bruno Araújo (PSDB-PE) por Alexandre Baldy (a se filiar ao PP), que tomou posse ontem nas Cidades. Também circulou a informação de que

Antonio Imbassahy seria substituído por Carlos Marun (PMDB-MS), aliado do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), na Secretaria de Governo. Imbassahy, que foi à reunião, saiu da sede do partido sem comentar.

Um integrante da Executiva do PSDB, que pediu anonimato, reclamou de que o governo, em vez de dialogar com a sociedade sobre a necessidade da reforma, prefere resolver no tapetão.

Esse grupo cita frase da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) como a definição de seu sentimento: “Falamos muito da economia. E os princípios, não valem não?”.

Goldman disse que “nunca entrou em cogitação fechar questão” e negou que a resistência advenha das práticas do governo.

Licenciado da presidência do partido, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) esteve com Temer na manhã desta quarta para discutir as mudanças na Esplanada e o apoio às reformas. Aécio foi escalado por Temer como articulador dentro do PSDB para a aprovação da nova Previdência.

Recuar

LAURA CARVALHO

No Relatório de Acompanhamento Fiscal do mês de novembro, a IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado apresentou dados alarmantes sobre a trajetória dos investimentos públicos estaduais. Os dados consolidados mostram que essa rubrica já voltou ao patamar dos anos 1990.

Após subirem de 0,7% para 1,0% do PIB de 2011 a 2014, os investimentos estaduais caíram para 0,4% do PIB em junho de 2017.

Em valores nominais, os números indicam uma redução pela metade: de R\$ 57,8 bilhões em 2014 para R\$ 28,7 bilhões acumulados em 12 meses até junho de 2017. De 1994 a 2000, o investimento médio dos Estados ficou em R\$ 30,6 bilhões por ano, aos preços atuais.

O recuo também se verificou na esfera federal. De acordo com os dados apresentados no "Texto para Discussão" nº 2.215, do Ipea, de

autoria do atual diretor do IFI, Rodrigo Orair, os investimentos federais já haviam caído, em média, 15,2% ao ano no biênio 2015-2016 e 0,4% ao ano entre 2011 e 2014, em termos reais. Entre 2006 e 2010, anos de ouro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), tais investimentos cresceram 24,2% ao ano, em média.

Os investimentos incluem, por exemplo, a construção de rodovias, redes de esgoto, obras de hospitais e escolas. Além de trazer prejuízos às gerações futuras, o corte nesses investimentos também ajuda a frear a retomada da economia.

O chamado efeito multiplicador, que mede o avanço da renda nacional resultante de um acréscimo em um componente autônomo da demanda, costuma ser maior para os investimentos públicos do que para gastos do governo com compras ou pagamento de funcionários, por exemplo. Isso porque esses investimentos induzem outros

investimentos e geram emprego e renda no conjunto da economia, estimulando também um maior consumo das famílias.

No Brasil, o estudo econométrico de Manoel Pires apresentado no artigo "Política fiscal e ciclos econômicos no Brasil" encontrou que, para cada R\$ 1 gasto em investimentos públicos, ganha-se R\$ 1,4 em variação do PIB: um multiplicador muito maior do que o encontrado para uma redução de R\$ 1 na carga tributária, que só levaria a um aumento de R\$ 0,28 na renda nacional.

Esses investimentos também se distinguem de outros gastos porque levam à acumulação de ativos fixos (e.g. rodovias, ferrovias), que potencialmente aumentam o patrimônio do setor público e geram receitas no futuro para o Estado.

Apesar do seu papel central como motor de crescimento da economia no curto e no longo prazo





e da enorme carência de infraestrutura no país, os investimentos costumam sofrer cortes desproporcionais em situações de consolidação fiscal.

Por um lado, há maior rigidez legal em outros componentes do gasto. Os gastos com saúde e educação, por exemplo, devem satisfazer um piso mínimo. As despesas previdenciárias também são obrigatórias.

Por outro lado, há foco excessivo no curto prazo por parte dos governos.

No caso do governo federal, a PEC do teto de gastos reduziu ainda mais a margem de manobra para a realização de investimentos. Isso porque, com ou sem reforma, as despesas com Previdência crescerão ano após ano e as despesas com educação e saúde terão de ser mantidas, no mínimo, no patamar atual.

Se nada mudar, o espaço para investimentos e despesas com ciência e tecnologia, por exemplo, tenderá a zero. Não deixa de ser irônico que, em meio a tal recuo, o governo reúna o pouco que ainda sobra de Orçamento para investimentos e batize de programa "Avançar".

Em troca de apoio, Temer promete mais recursos para Estados e municípios

Na corrida para obter os votos necessários para aprovação da reforma da Previdência na Câmara, o presidente Michel Temer sinalizou ontem que pode aumentar os repasses da União aos Estados, além de liberar uma verba extra de R\$ 2 bi para prefeituras

Adriana Fernandes
Idiana Tomazelli
Igor Gadelha / BRASÍLIA

O presidente Michel Temer prometeu, ontem, a governadores e prefeitos aumentar o repasse de recursos do Orçamento em troca de uma articulação política mais forte para a aprovação da reforma da Previdência. Aos Estados, ele garantiu uma compensação pelas perdas com a Lei Kandir que, em 1996, isentou de ICMS as exportações. Aos prefeitos, o presidente disse que vai liberar, em dezembro, uma verba extra de R\$ 2 bilhões. Temer teve ontem um dia intenso. Começou negociando apoio do PSDB, com o senador Aécio Neves. Reuniu governadores para um almoço no Alvorada. Na posse do novo ministro das Cidades, Alexandre Baldy, fez um novo apelo pela aprovação da reforma. À tarde,

encontrou prefeitos e, à noite, jantou com lideranças políticas. O governo corre contra o tempo para que a reforma passe pela Câmara até 15 de dezembro. Para aprovar o novo texto, precisa de 308 votos.

A ideia é que governadores e prefeitos busquem apoio com parlamentares de suas bases eleitorais. O agrado prometido por Temer aos Estados virá por meio de um fundo, o Fex, que já existe e serve para compensar governos estaduais pela receita perdida com a Lei Kandir. As regras de compensação nunca foram estabelecidas e os repasses a esse fundo são negociados anualmente – o que é sempre motivo de divergências. No Orçamento de 2018, o valor previsto para esse fim é de R\$ 1,9 bilhão. Os Estados reivindicam, ainda, o repasse anual de R\$ 39 bilhões, para recompor perdas da desoneração do ICMS nos últimos dez anos e fixar um cronograma de ressarcimento para o futuro.

A proposta está em discussão no Congresso. O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), disse que a base aliada vai articular urgência para a votação da proposta. “O Romero

(Jucá, líder do governo no Senado) e o Henrique (Meirelles, ministro da Fazenda) ficaram de ver o valor.” Meirelles disse que vai examinar o pedido de aumento do Fex, mas alertou que é preciso garantir o cumprimento da meta fiscal em 2017 e 2018.

Ele considerou “normal demandas nessa hora”, mas afirmou que não é viável compensar os Estados em R\$ 39 bilhões. O acerto do passivo da desoneração da Lei Kandir poderá envolver abatimento da dívida dos Estados com a União, segundo o coordenador dos secretários de Fazenda no Conselho de Política Fazendária, André Horta, secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte. O tema será discutido hoje pelo conselho. Aos prefeitos, Temer prometeu liberar recursos por meio de medida provisória, com os mesmos critérios dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios. “O presidente foi sensível. A área econômica é que não concordava com o repasse”, disse Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios. / COLABOROU LEONÊNIO NOSSA

Gastar menos e fazer mais

O governo pode fazer mais com menos dinheiro, produzindo serviços com mais eficiência e tratando os cidadãos com mais equidade, segundo um estudo recém-divulgado em Brasília pelo Banco Mundial. O trabalho contém material farto e de alta qualidade para discussão na campanha eleitoral do próximo ano. Falta conferir se haverá candidatos bastante sérios para tratar de assuntos como a melhora da administração, a reforma do Orçamento, a distribuição mais equilibrada e mais justa de encargos e benefícios e a definição mais pragmática e realista de metas e programas. As propostas são dirigidas a quem estiver disposto a enfrentar com seriedade e honestidade algumas questões tão simples quanto importantes. Exemplos: por que os pobres devem financiar ensino universitário gratuito aos jovens das classes mais abonadas? Por que o Tesouro deve conceder benefícios custosos e ineficientes a grupos empresariais mais interessados no conforto do que na busca de competitividade?

O governo brasileiro gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal: essa "é a principal conclusão do estudo". Nenhum remédio será satisfatório, portanto, se o problema do gasto mal executado ficar sem tratamento. Nesse caso, mais dinheiro à disposição do poder público será mais dinheiro desperdiçado. Não é uma questão ideológica, mas aritmética e pragmática.

As mudanças propostas no estudo podem servir a governos de várias orientações – se forem razoavelmente sérios. Afinal, o uso mais eficiente do dinheiro pode servir à execução de diferentes tipos de política. Mas a eficiência dependerá de algumas condições.

Uma delas é a reforma da Previdência, apontada como a fonte mais importante de economia no longo prazo. Não há como contornar os desafios impostos pelas mudanças demográficas, argumentam os autores do estudo, repetindo um argumento realista e bem conhecido. Além disso, a reforma poderá tornar mais equitativo um sistema caracterizado por distribuição desigual de benefícios entre ricos e pobres e entre servidores públicos e trabalhadores do setor privado.

Sem essa e outras mudanças, o teto de gastos ficará na lembrança como mais uma iniciativa bem-intencionada e de curtíssima utilidade. O limite constitucional dos gastos só terá um sentido prático se for invertida a tendência dominante nos últimos anos. Será necessário executar nos próximos dez anos um corte acumulado de quase 25% nas despesas primárias (isto é, sem juros) da administração federal. A contenção do gasto exigirá várias medidas além do combate ao déficit previdenciário.

As propostas incluem, entre os primeiros itens, a redução da massa de salários do funcionalismo público, medida tanto de eficiência como de equidade. A redução pode ser obtida pela diminuição do quadro de pessoal e pelo corte gradativo das vantagens. A remuneração do funcionário federal, segundo o relatório, é em média 67% superior à dos trabalhadores do setor privado (mesmo levando-se em conta diferenças de nível educacional).

O governo também poderá economizar melhorando seu sistema de compras e assim reduzindo desperdícios. Poderá abandonar políticas muito caras e ineficientes de estímulo às empresas, com custos equivalentes a 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015. A ineficiência dessas políticas, com escasso ou nenhum resultado em termos de crescimento, foi apontada várias vezes por analistas brasileiros. O governo apenas mexeu em alguns de seus componentes.

Algumas inovações são politicamente complicadas, caso da unificação dos programas de proteção social. A eliminação da gratuidade como padrão geral da universidade pública seria certamente recebida com muitas críticas, embora dois terços dos beneficiários pertençam aos 40% mais aquinhoados. A mudança seria compatível com programas de financiamento e de bolsas.

Racionalidade e eficiência são raramente populares. É muito mais fácil defender políticas populistas, mesmo quando inflacionárias e injustas, como tem sido no Brasil. Enfrentar o populismo, no entanto, é hoje indispensável para garantir o futuro do País.

Entrevista / Rubens Ricupero

Recuperação será progressiva até a eleição

O diplomata e economista Rubens Ricupero, em entrevista ao CB.Poder — uma parceria entre a TV Brasília e o Correio Braziliense — alertou para o riscos de prescrição na Operação Lava-Jato. “O Brasil tem um sistema legal, copiado da Itália, que é muito lento, com muitos recursos, e pode haver esse perigo”, avaliou. Para ele, tanto a Polícia Federal quanto a Procuradoria-Geral da República não são capazes de atender a demanda de investigações.

Apelidado de sacerdote do Plano Real por Itamar Franco, de quem foi ministro da Fazenda, Ricupero criticou a atuação dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que contribuíram para uma situação econômica “insustentável” no país. Ele enumera como o erro mais grave do período petista o gasto maior do que a arrecadação permitia, gerando rombo no orçamento.

Otimista, ele acredita na melhora progressiva da economia e ressalta a decisão acertada sobre política econômica e sobre as pessoas para conduzi-la que o presidente Michel Temer tomou logo no início do mandato. “Ele escolheu gente de primeira ordem. O Itamar demorou oito meses até encontrar o Fernando Henrique, que foi o quarto ministro da Fazenda dele.”

Aos 80 anos, o diplomata tem

uma vida pública marcada pela presença nos principais momentos políticos do país. Sobre o cenário para 2018, ele descartou os extremos e aposta em candidatos que inspirem confiança no eleitor. Para ele, a população não quer aventureiros. “Eu acredito que haverá uma boa chance para um candidato centrista, com experiência, equilíbrio e que seja capaz de se apresentar com uma ficha limpa.”

Com tantos casos de corrupção, como está a imagem do nosso país lá fora?

Mal. A imagem, como vocês sabem, é sempre um reflexo da realidade. Em uma época como a nossa, em que a informação é abundante — às vezes, até demais —, não se pode esconder coisa alguma. A realidade é aquilo que temos e, infelizmente, é de um momento penoso, mas eu diria que está começando uma fase de recuperação. Tanto em matéria econômica como a própria questão da corrupção. É preciso dizer também, como um lado positivo, que nenhum grande país como o Brasil teve coragem de colocar suas entranhas de fora, com uma operação desse porte como estamos tendo.

Mas a Itália teve a Operação Mãos Limpas...

É, teve a Mãos Limpas, uma situação difícil e mais limitada. Eu fui

embaixador lá quando acabava a operação. Na Itália, não existe Poder Judiciário, existe Poder Legislativo e Executivo. Lá, a Justiça não é um terceiro Poder. É muito mais sensível às decisões do Parlamento do que aqui. De qualquer forma, não sei se compararia mais ou menos, mas a Rússia, a China, a Índia, a África do Sul, o Paquistão, esses países todos, que a gente sabe que têm problemas muito graves, nenhum teve uma Operação Lava-Jato.

Depois da Operação Mãos Limpas, acabou tendo recuos em relação à corrupção na Itália. O senhor está otimista nesse aspecto com relação ao Brasil?

Na Itália houve muita coisa que não chegou ao fim, até por prescrição, porque o processo demorou muito. Aliás, o Brasil tem um sistema legal que é copiado da Itália e é também muito lento, com muitos recursos, e pode haver esse perigo. Eu sempre achei que, no Brasil, haverá uma anistia branca, não uma anistia votada pelo Congresso. Muitos casos, dessas centenas que existem aí, nem a Polícia Federal nem a Procuradoria-Geral (da República) vão ter capacidade de investigar, sobretudo se não se mudar o foro privilegiado. O Supremo (Tribunal Federal) não vai ter nenhuma capacidade de julgar isso. Ou haverá uma mudança e as coisas vão melhorar ou, então, ocorrerá o que você disse (recuos). Mas isso vai





ocorrer pela incapacidade do sistema. Basta ver o contraste que há entre Curitiba, o Rio de Janeiro e o Supremo.

Com a recuperação econômica do governo, é possível que venha um candidato de centro com a marca do governo Michel Temer? Ele tem alguma chance de sucesso?

Não, necessariamente, do governo. Eu penso que a recuperação econômica daqui até as eleições vai ser progressiva, vai ser segura, não vai ser espetacular, mas vai fazer reduzir o desemprego, a inflação vai continuar a cair, com juros baixos. Com isso, a inflação de alimentos, que afeta muito os mais pobres, não vai ser tão grave e isso vai dar condições melhores ao governo. Eu fui ministro do Itamar desde, quase, o começo. A grande vantagem que o Michel Temer teve é que ele tomou uma decisão acertada logo no início sobre a política econômica e as pessoas que deveriam conduzir. A escolha do ministro da Fazenda, o presidente do Banco Central, do Pedro Parente, na Petrobras, de todo aquele grupo. A Maria Silvia também, no BNDES. Ele escolheu gente de primeira ordem. O Itamar demorou oito meses até encontrar o Fernando Henrique, que foi o quarto ministro da Fazenda dele. O Michel Temer agora está colhendo os benefícios dessa escolha acertada. Se não tivesse havido aquele episódio desastrado no Jaburu, em que ele recebeu o Wesley Batista, ele estaria muito melhor. A meu ver, um fator que vai pesar muito na eleição e que será ajudado pela recuperação econômica é o desejo

de normalidade que a população tem. Assim como em 1994, ninguém mais aguentava a remarcação de preços, quatro, cinco vezes por dia no supermercado, ninguém mais quer um aventureiro. Ninguém quer que o Brasil volte a mergulhar em uma crise. Nós estamos saindo de três, quatro anos de constante palpitação. O que o Brasil quer é um presidente que infunda confiança, que não dê medo a ninguém.

Isso exclui os extremos?

A meu ver, sim. Eu acho que vai haver um episódio parecido ao do Tancredo Neves, em 1984/1985. Na época, o Oscar Camilión, o grande ministro e embaixador argentino, disse: o Tancredo não é o primeiro candidato de ninguém, mas ele é o segundo candidato. Por quê? Ele era aceitável para os militares, para o PMDB, por uma razão: ele não infundia medo a ninguém. Nem em relação à vida, à liberdade e à propriedade, nem na condução da economia. A gente não deve subestimar a importância para a população da tranquilidade.

Em relação ao atual cenário político, o senhor acha que é o caso de a oposição rejeitar tanto Bolsonaro (Jair) quanto Lula nesse aspecto?

Eu acredito que vai haver uma boa chance para um candidato centrista, com experiência, equilíbrio e que seja capaz de se apresentar com uma ficha limpa. Nesse caso, o Lula não seria um aventureiro, mas um veterano. O Lula é um grande político, mas é preciso não esquecer que as três primeiras eleições ele perdeu. Na época que ele

representava apenas um segmento, era como o partido comunista italiano, tinha um teto, chegava a 30/35%, não passava. Ele venceu as outras porque ele fez um apelo que captou a classe média. Mas será que o programa dele, hoje, é mais parecido com o Lula paz e amor, ou é mais parecido com o passado em que ele era um símbolo de divisão?

O senhor acha que ele tem chance?

Se continuar como um símbolo de divisão e polarização, não. Eu acredito que terá chance alguém que represente a garantia de tranquilidade, estabilidade, crescimento, melhoria de nível de vida. Eu acho que ninguém quer aventuras.

E como seria para a imagem do país, lá fora, ter o Lula presidente?

É uma hipótese que eu acho pouco provável e, além disso, só se viabilizaria se ele mudasse esse discurso atual e não me parece que seja o caso neste momento.

O senhor disse que o Lula foi um grande diplomata e, ao mesmo tempo, disse que a presidente Dilma fez uma das piores políticas. Qual a diferença entre eles do ponto de vista diplomático?

Ela não tinha a menor sensibilidade. A diferença são mil coisas, mas vou começar pela personalidade. O Lula é um homem que adora política em geral e diplomacia não é diferente de política. Os grandes diplomatas da história foram todos políticos, não





eram diplomatas profissionais. A política é uma só. A arte da política, a maneira de persuadir as pessoas, através da negociação, do poder suave, do encanto, do carisma, isso vigora interna e externamente. O Lula tinha toneladas disso, a sua sucessora não tinha, não se sentia à vontade nem valorizava isso. Lula tinha e tem essa autoconfiança em si próprio. Eu reconheço nele grandes virtudes. Apenas acho que, infelizmente, aquilo que poderia ter sido um marco na história não foi porque ele adotou políticas econômicas que tornaram insustentável. Aquele momento que deu certo, 2009, 2010, não era falso, era verdade, só que não era sustentável.

Quais são as políticas que ele adotou que se tornaram insustentáveis?

O rombo no Orçamento. Gastar mais do que a arrecadação permitia, esse foi o grave erro. Isso não é uma política de esquerda porque a Bolívia, por exemplo, que está indo muito bem, com grandes reformas sociais, é um país moderado, tem inflação baixa, não tem déficit de orçamento porque não fez loucuras, não fez contabilidades criativas, não quis dar um passo maior do que a perna. Quis fazer aquilo que era possível fazer. Aqui, nós quisemos inventar a roda e deu no que deu.

O governo está trabalhando a assinatura de um acordo do Mercosul com a União Europeia, como o senhor está vendo isso? Estamos mais próximos do que já estivemos no passado?

Eu acho que agora é o momento certo. Durante muito tempo, não se podia avançar por causa da Argentina, que bloqueou por muitos anos. Agora, com a Argentina com um governo que tem confiança em si próprio, o país está indo bem, está crescendo, esse problema foi removido. É preciso, agora, que a gente não permita que entre um novo problema, que é a indústria automobilística brasileira. Ela está criando dificuldades. É curioso, porque são as filiais das próprias empresas europeias — cujas matrizes na Europa estão pressionando o Brasil na OMC — que aqui estão fazendo corpo mole. Eu não sou favorável a nenhuma atitude brusca, impensada. A indústria automobilística brasileira é muito grande, cria muitos empregos, mas ela vai ter que passar por uma consolidação. Um país do tamanho do Brasil não pode ter mais de 30 montadoras, algumas das quais só conseguem produzir 7 mil veículos por ano. É um problema, porque tem estados que atraíram empresas, com favores fiscais, mas vamos ter que caminhar para um número menor de

montadoras. Vai ter que ser progressivo, mas é preciso que a indústria entenda que tem que caminhar, não pode continuar sob a proteção do governo 60 anos depois de implantada no Brasil.

E em relação à OCDE, como o senhor avalia essa questão?

Eu, durante muito tempo, tive dúvidas se era o momento de o Brasil aderir, porque achava que o país não tinha ainda maturidade econômica para aceitar todas aquelas regras. No passado, o Brasil estava com problemas macroeconômicos, de inflação, até a estabilização da economia. Hoje em dia, começo a achar que a adesão à OCDE pode ter a vantagem de permitir que o Brasil avance mais depressa em algumas reformas, sobretudo uma, que é a tributária.

Nós conseguiremos?

O problema é o seguinte. Para entrar nesses clubes fechados, os membros querem extrair de você todas as concessões, inclusive bilaterais. É o que está acontecendo hoje. Muitos países da OCDE estão querendo resolver seus próprios problemas com o Brasil usando a vulnerabilidade, que o Brasil quer entrar, para nos obrigar a fazer concessões.

Dados de software serão reservados

Os dados gerados pelo software que será desenvolvido pela Universidade de Brasília (UnB) para o Ministério do Planejamento, com o objetivo de dimensionar o quadro de pessoal dos órgãos federais e orientar a abertura de concursos, não serão de acesso público. Segundo o ministério, a população será informada apenas sobre o resultado das análises quando uma seleção for autorizada.

A meta do projeto é criar normas para a abertura de concursos, eliminar desperdícios e evitar contratações desnecessárias. De acordo com o Planejamento, a metodologia será customizada para cada tipo de órgão existente no Executivo. A aplicação vai permitir apurar o quantitativo ideal de pessoas e apontar a necessidade de automação, mapeamento de processos e de competências.

Para desenvolver os critérios sobre necessidade de contratações, serão feitas duas análises, uma qualitativa e outra quantitativa. Na primeira, serão identificados os principais indicadores, variáveis e parâmetros que caracterizam os processos desempenhados no

órgão. Na segunda, serão feitas as otimizações matemáticas e estatísticas para definir o quadro de pessoal necessário. O ministério ressalta que os critérios avaliados serão objetivos e testados matematicamente para não haver subjetividade.

Na opinião do coordenador do curso de economia da Universidade Católica de Brasília, Marcelo Fiche, a divulgação dos dados deveria ser considerada. “Toda ação pública tem que ter transparência. A população poderia ter acesso aos dados desse software por uma página na internet, por exemplo”, disse.

Isso é feito pela Câmara Legislativa do DF, que disponibiliza o quadro de pessoal completo da Casa, mostrando quantos cargos estão ocupados ou vagos, quais são comissionados, além de informações sobre remunerações. Em nível federal, o Painel Estatístico de Pessoal, do Ministério do Planejamento, detalha cargos e funções de cada órgão, remunerações, aposentadorias e despesas de pessoal, porém não divulga uma lista de cargos vagos ou necessidade de contratações.

Eficiência

Fiche acredita que o novo software será importante para diminuir o gasto de pessoal do governo. Ele diz que é preciso analisar a real necessidade de servidores para cumprir as funções de cada órgão. “O mundo mudou. Os órgãos demandam mão de obra que as novas tecnologias de informação podem ajudar a suprir. Então, a metodologia vai mostrar as reais necessidades. Hoje, muitas atividades poderiam ser terceirizadas sem perda de eficiência, e há cargos do governo que poderiam ser extintos. O difícil é vencer a barreira no corporativismo no setor público”, afirmou.

O procurador da Fazenda Nacional Gustavo Scatolino observa que o projeto é importante em razão do princípio da eficiência, que deve ser obedecido pelo setor público. Nesse caso, fazer contratações somente quando forem necessárias. “É essencial haver gasto de dinheiro público somente onde realmente é necessário. Esse é o principal ponto”, considerou.

TRT quer mais concursos no BB

O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região decidiu que o Banco do Brasil poderá manter os mais de 6 mil escriturários — cargo de nível médio — nomeados sem concurso específico para funções de nível superior. No entanto, deu prazo de dois anos para que novas ocupações sejam feitas por seleção externa. Os funcionários do BB ascendem por meio de seleção interna ou nomeação para cargo de confiança, procedimento proibido daqui em diante. “O tribunal reconheceu a ilegalidade dos atos, mas, em homenagem à segurança jurídica e à continuidade das atividades do banco, modulou os efeitos da decisão”, avaliou o advogado Ronaldo Tolentino. O BB pode recorrer.

Nomeações liberadas



Metodologia desenvolvida pela UnB analisará rotinas e processos dos órgãos federais para definir quadro funcional

O Ministério do Planejamento autorizou a nomeação de 100 candidatos aprovados em concurso público para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e de 78 para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As portarias com as permissões foram publicadas, ontem, no Diário Oficial da União. A meta é recompor a força de trabalho nas agências do INSS e substituir terceirizados na Anvisa.

De acordo com a assessoria do Planejamento, o objetivo, no INSS, é “atingir 70% da lotação ideal, bem como atender à demanda das 90 agências em fase de implantação em diversos municípios brasileiros”. Já as nomeações da Anvisa obedecem a termo de conciliação judicial.

A agência informou em seu site que “a data provável para publicação da nomeação será 29 de dezembro de 2017, com uma posse coletiva em 2 de janeiro de 2018, às 9h, na sede do órgão, em Brasília.” O futuro servidor deve ficar atento aos

procedimentos para a realização da perícia médica. Os agendamentos poderão ser feitos pelos telefones 61-3462 6933 e 61-3462 5653. As perícias serão realizadas de 1º a 22 de dezembro, das 9h às 17h, com horário marcado.

O concurso da Anvisa ocorreu no ano passado e abriu 78 vagas de técnicos administrativos, com exigência de escolaridade média e salário inicial de R\$ 6.002,14. Já o INSS realizou a seleção em 2016, com a oferta de 950 postos de níveis médio e superior, sendo 800 para técnico do seguro social e 150 para analista do seguro social.

A função de técnico do seguro social tem salário inicial de R\$ 4.886,87. Com as nomeações, o órgão completa as 950 vagas ofertadas pelo edital do certame. De acordo com a assessoria do INSS, estão sendo tomadas as últimas providências para a convocação dos candidatos aprovados.

Ou vai ou racha

VICENTE NUNES

O novo projeto de reforma da Previdência apresentado ontem a políticos e a economistas de mercado é o possível de ser aprovado no Congresso, admite o presidente Michel Temer. Ele reconhece que ainda está longe de obter os 308 votos necessários na Câmara para as mudanças no sistema de aposentadoria, mas acredita que, agora, com propostas bem enxutas, convencerá deputados e senadores a darem o aval que o governo precisa para conter o rombo crescente nos cofres públicos.

Temer chegou a jogar a toalha em relação à reforma, ciente das dificuldades para aglutinar o apoio necessário a sua aprovação. Mas acabou retomando o projeto, convencido de que, sem o compromisso com um ajuste, mesmo que mínimo, no sistema previdenciário, estimularia uma onda de desconfiança entre os agentes econômicos, que poderia pôr em risco várias das conquistas do governo: inflação baixa, juros em queda e retomada da atividade. Pelo calendário do governo, a reforma

passará na Câmara até a terceira semana de dezembro.

O que sobrou do projeto original encaminhado ao Congresso — idade mínima de 65 anos para homens e de 62 para as mulheres, regras de transição e equiparação dos regimes de servidores e trabalhadores da iniciativa privada — ajuda a dar um fôlego à Previdência, mas está longe de resolver os problemas. As propostas minguadas de reforma não acabam com os privilégios. Categorias como professores e militares continuam usufruindo de condições especiais para se aposentarem.

A “reforminha”, como dizem integrantes do Palácio do Planalto, reflete o desgaste do governo depois da delação do empresário Joesley Batista, que pegou em cheio o presidente. Até maio, era quase certo que deputados e senadores dariam os votos necessários para mudar a Previdência e garantir uma economia de R\$ 760 bilhões em 10 anos aos cofres públicos. Porém, à medida que o desgaste de Temer aumentou, tendo que se livrar de duas denúncias na Câmara, a reforma minguou.

Tratoração

Há quem acredite, mesmo dentro do governo, que a reforma não sairá, porque a infidelidade na base aliada é grande. Além disso, o país já está a menos de um ano das eleições, fato que estimula posturas populistas. Mesmo cientes da gravidade da situação fiscal, deputados e senadores preferem jogar para a plateia. “Vamos batalhar até o último instante para aprovarmos a reforma. Temos ciência, contudo, de que o tempo está jogando contra nós”, afirma um aliado de Temer.

Não por acaso, a orientação dentro do Planalto é de conduzir as discussões sobre a reforma numa espécie de “tratoração”, usando um bom discurso, sem abrir mão, no entanto, de todas as armas que o governo dispõe para convencer aliados. Isso passa pela liberação de recursos do Orçamento e de distribuição de cargos na reforma ministerial, que já começou. Ainda falta um ano para que o futuro presidente tome posse. Neste período, será possível usar a máquina pública como instrumento de sedução. A caneta presidencial terá tinta até 31 de dezembro de 2018.





“Aqueles que estão contra a reforma, com discursos vazios, acabarão admitindo, ao longo do tempo, a importância dos ajustes na Previdência”, diz um ministro com bom trânsito no Planalto. Há, no entender dele, bons exemplos, como o do ex-presidente Lula, que atacou o quanto pôde o Plano Real, mas, anos depois, reconheceu a importância do controle da inflação como importante instrumento de combate à pobreza”, acrescenta.

O grande problema, na visão desse ministro, é que o país não aguenta mais esse tipo de postura “burra”, que só empurra a todos para o buraco. “Veja bem de quem são as vozes que gritam contra a reforma da Previdência. A maioria usufrui de privilégios. Deturpa os fatos, atíça as massas com o discurso de que está protegendo os trabalhadores, mas, na verdade, quer que tudo se mantenha do jeito que está para continuar se dando bem. Isso é hipocrisia descarada”, conclui.

Melhorar os gastos

O duro relatório do Banco Mundial sobre a necessidade de o país rever os gastos públicos para ajustar suas contas e não enfrentar problemas fiscais insolúveis no futuro causou forte impacto. O estudo, intitulado “Um ajuste justo — Propostas para aumentar a eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, deixa clara a urgência do engajamento de todos os setores sociais neste debate. O país não pode se furtar à discussão sobre medidas imprescindíveis — algumas inadiáveis — para a melhoria de suas contas.

Somente com o controle da ganância do dinheiro arrecadado com os impostos serão criadas as condições adequadas para o desenvolvimento sustentável nas próximas décadas. As propostas do organismo internacional, por mais polêmicas que sejam, sugerem o debate sobre questões que a sociedade brasileira não pode mais esperar em relação ao seu futuro. Os responsáveis pelo estudo frisam que não têm a intenção de se intrometer na condução das políticas governamentais, mas, sim, fomentar a discussão sobre questões consideradas complicadas.

No documento, entretanto, fica patente que o Brasil tem difíceis escolhas a fazer e que este é o momento ideal para uma tomada de decisão. O estudo do Banco Mundial mostra que ou o país corta seus gastos de forma drástica, ou corre o risco de interromper o crescimento econômico e social. E tentou encontrar a fórmula para enquadrar os gastos públicos à regra do teto para o crescimento das despesas do setor público — o estudo foi encomendado pelo Ministério da Fazenda no governo anterior.

Entre as propostas da instituição de fomento

internacional estão a revisão de programas sociais, da Zona Franca de Manaus e do Simples Nacional (regime tributário para pequenas empresas), o fim das deduções de despesas de saúde no Imposto de Renda de Pessoa Física, o congelamento dos salários dos servidores e a redução das amarras do Orçamento federal que impõem ao governo gastos obrigatórios. Além dessas medidas, a que vem gerando mais polêmica é o fim da gratuidade das universidades federais, além da reforma da Previdência.

Para os técnicos do Banco Mundial, somente os 40% dos estudantes mais pobres continuariam sendo subsidiados para sua formação universitária, proposição que gera forte reação no meio acadêmico. Independentemente das posições cristalizadas a respeito de assunto tão sensível, a sociedade deve debater se realmente o ensino universitário gratuito vem cumprindo seu papel, sem distorções. Isso porque, de acordo com o estudo, 65% dos estudantes das instituições de ensino superior federais estão na faixa dos 40% mais ricos da população.

Quanto à Previdência, o relatório faz coro aos setores que não veem outra saída a não ser a reforma do sistema para que ele se sustente nos próximos anos. Estima que a medida poderia levar a uma economia de gastos da ordem de 1,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Na avaliação da instituição financeira, se nada for feito em relação à Previdência, dentro de 13 anos os pagamentos de aposentadorias e pensões absorverão todo o limite do teto de gastos do governo federal. Situação inaceitável para um país que luta para se recuperar da maior crise econômica de sua história e voltar a crescer em níveis adequados ao tamanho de seu potencial.